



MR 008. Corpos vulneráveis: poder e resistências

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp) - Coordenador/a,
Lia Zanotta Machado (Universidade de Brasília) -
Participante, Cynthia Andersen Sarti (Unifesp) -
Participante, Patrícia Birman (UERJ) - Participante,
Marcia Regina de Lima Silva (Usp) - Debatedor/a

Se a condição vulnerável marca inexoravelmente humanos (e não humanos) como seres que vivem e, como tal, estão expostos ao outro, a degenerescência e a morte, esta mesa propõe tratar dos mecanismos sociais de distintas ordens por meio dos quais alguns corpos e pessoas, na acepção de Marcel Mauss - se tornam mais vulneráveis que outros. Falamos de mecanismos que, historicamente, circunscrevem e subjagam corpos e pessoas no interior de relações de poder e dominação, construindo e enraizando modos de subjetivação que reproduzem a sujeição na qual são forçados, mas apontam igualmente formas inusitadas de resistência. Para pensar essas vulnerabilidades e resistências, propomos, cada uma das participantes, discutir diferenças e desigualdades específicas, que trazem a marca de gênero, da pobreza, do racismo e da violência, profundamente arraigadas numa sociedade com um passado escravocrata como a brasileira, mas abordadas aqui a partir de suas reconfigurações na atual conjuntura política do país. Incluímos a discussão da prática de tortura que, se marcou o período de exceção da ditadura militar (1964-1985), transcende essa localização histórica e está sub-repticiamente presente na sociedade brasileira como modo aceitável de tratar corpos marcados pela desigualdade.

Castigar o corpo: formas usuais de diferenciação

Autoria: Patrícia Birman

O foco aqui é o castigo corporal no cotidiano de segmentos populares. Nosso intuito, através de alguns works etnográficos, de narrativas e de imagens sobre a vida precária. É de analisar como se articulam os limiares de aceitação de castigos corporais, suas circunstâncias e as suas disputas de sentido. A noção de (in) vulnerabilidade será problematizada para compreender os jogos de força em que a punição física é uma referência compartilhada pelos atores, nas micropolíticas em seus muitos planos. Como se aciona certas performances que compõem o ato de punir? E a exibição das feridas? Como se reconfigura o corpo e suas relações através de uma anatomia moral ligada ao sofrimento? Vamos analisar os processos de diferenciação social, racial e de gênero, escapando da dicotomia que opõe os domínios doméstico e público para problematizar essa prática corriqueira da vida social.

Corpos torturados: habitar o mundo depois de experiências limite

Autoria: Cynthia Andersen Sarti

A apresentação faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o sofrimento associado à violência, que interroga, com base na memória da ditadura militar brasileira (1964-1985), as formas possíveis de voltar a habitar o mundo depois de acontecimentos disruptivos de violência, que assinalam a morte do que era antes (Veena Das). A partir de textos literários que relatam a prática da tortura durante a ditadura, busca-se refletir sobre as formas de expressão e inscrição da experiência da tortura no curso da existência de quem a viveu. Experiência limite de desigualdade e poder, a questão da tortura, considerada crime na sociedade contemporânea pelo direito internacional, é pensada como tributária do problema que remonta às condições históricas de instituição de direitos universais (Talal Asad) e ao valor diferencial dos corpos e da vida, como fundamento do direito, em uma ordem biopolítica.

O Equívoco da 'Bola de Cristal'. Entre a vulnerabilidade e a resistência

**Autoria:** Lia Zanotta Machado

Em junho de 2018, Juiz relaxa prisão em flagrante de agressor que tentou enforcar sua mulher e destruiu a casa. Livre, o agressor esfaqueia a mulher até a morte e tenta o suicídio. O Juiz alega que não tinha ?bola de cristal?. Coordeno pesquisa em Juizados de Violência Doméstica contra as mulheres em Brasília que me permite falar do equívoco da ?bola de cristal?. Entrevistas e observações de audiências apontam a coexistência de repertórios simbólicos distintos entre operadores de direito: de um lado, a atenção à concretude do ato de imposição à agredida e à análise de risco. De outro, a crença de que são meramente conflitos domésticos. Na escuta das mulheres entendi que as vítimas (no sentido jurídico e processual), são corpos e mentes postos em vulnerabilidade por afetos e poderes de gênero, que, ainda assim resistem.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

